

EDITORIAL

DOI: 10.12957/tamoios.2013.9456

No dia 16 de abril de 1998, às vésperas de completar dois anos do massacre de Eldorado dos Carajás, o maior massacre de trabalhadores rurais da história recente do país, foi criado pelo governo brasileiro um inédito programa de educação voltado para assentados da “reforma agrária”, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera. Os dois episódios representam diferentes faces da relação do Estado brasileiro com a questão agrária e respostas deste ao maior movimento social rural da história brasileira recente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

O primeiro episódio revela a face histórica da relação entre Estado e movimentos camponeses no Brasil, a violência aberta e desmedida, a brutalidade como norma, experimentada antes em Palmares, Canudos, Contestado, quando, a exemplo de Eldorado dos Carajás, o Estado massacrava aqueles que lutavam pela democratização da terra no Brasil e reafirmou o poder do latifúndio. O segundo episódio revela uma outra face da violência histórica a que foram submetidos os camponeses: a negação do acesso à educação.

Foi preciso chegar às raias do século XXI para que o Estado brasileiro criasse um programa de educação voltado para os camponeses. E, detalhe importante, não foi o Ministério da Educação (MEC) que o criou, foi criado no âmbito do Ministério Extraordinário da Política Fundiária, antecessor do atual Ministério do Desenvolvimento Agrário, pois o Ministério da Educação (MEC) continuou negando aos camponeses o direito à educação. Só no início do século XXI o MEC resolveu reconhecer que os camponeses têm direito a uma educação específica: a Educação do Campo, tornada diretriz em 2003 e política pública em 2010.

Por outro lado, os dois episódios revelam também a relação tensa que o Estado brasileiro tem com o MST desde o surgimento deste em 1984: combate-o brutalmente, inclusive com assassinato e perseguição sistemática de suas lideranças, mas não pode negar a força e a justiça de suas reivindicações e vê-se obrigado, de quando em quando, a atender algumas delas.

É verdade que até hoje não fez reforma agrária, mas criou uma série de assentamentos rurais em áreas mais conflituosas e criou vários programas de governo nas áreas de assistência técnica (Lumiarⁱ, Atesⁱⁱ), crédito (Proceráⁱⁱⁱ, Pronaf^{iv}) e comercialização (PAA^v, PNAE^{vi}), além do Pronera.

Em 2013, quando o Pronera completa 15 anos e às vésperas do MST completar 30 anos, a Revista Tamoios publica um número especial que faz um balanço da Educação do Campo no Brasil e no Rio de Janeiro. Todos os artigos que compõem este número são tributários de alguma forma do Pronera e provenientes de dois espaços onde o debate sobre a Educação do Campo tem se desenvolvido nos últimos anos no Rio de Janeiro: o Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária da Faculdade de Formação de Professores da UERJ (GeoAgrária) e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da FIOCRUZ (EPSJV).

Os artigos de Alex Verdério, Márcia Mara Ramos, Maria Izabel Grein e Rubneuzza Leandro de Souza são resultantes dos trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos no âmbito do Curso de Especialização Trabalho, Educação e Movimentos Sociais (TEMS), realizado em parceria pela EPSJV e o MST com apoio do Pronera.

Os artigos de Diana da Silva Alves, Larissa Silva Douetts, Rejane Abreu Santos e Tássia Cordeiro são derivados de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, especialização ou mestrado realizados na FFP e tributários das discussões realizadas no âmbito do GeoAgrária.

Por fim, o trabalho de Thiago Lucas Alves da Silva, Elisângela Carvalho e Luana Aguiar é o resultado do encontro destas duas “turmas”, pois o primeiro autor integrou a equipe do GeoAgrária que coordenou um curso do Pronera na FFP entre 2006 e 2009 e as duas outras autoras participaram do Curso TEMS.

Os artigos estão divididos em dois blocos: o primeiro reúne os artigos que tratam da Educação do Campo em escala nacional ou em outros estados do país, enquanto o segundo reúne os artigos que tratam da Educação do Campo no estado do Rio de Janeiro.

O primeiro artigo, de Rubneuz Leandro de Souza, intitulado “Educação do Campo: análise das reivindicações dos trabalhadores do campo e das propostas dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff” centra-se na análise das tensões entre MST e os governos do PT na implantação e gestão das políticas de educação do campo. A autora parte de uma análise conceitual da relação entre Estado capitalista e movimentos sociais, para traçar um histórico da luta pela Educação do Campo e da contribuição do MST para esta. Em seguida analisa especificamente como os governos petistas trataram a Educação do Campo, considerando que os primeiros anos (2003-2007) dessa relação foram de “esperança acesa”, dadas as expectativas geradas pela eleição de Lula e do fato das primeiras medidas relacionadas à Educação do Campo terem reforçado o protagonismo dos movimentos sociais na condução destas políticas; já os anos seguintes (2008-2010) foram de “aceno para a esquerda e virada à direita”, pois ao mesmo tempo em que a Educação do Campo se institucionalizava, a reforma agrária retrocedia, além de alterações em projetos como o Pronera e o ProJovem Campo que esvaziavam o próprio sentido da Educação do Campo; por fim, os anos recentes (2010 a 2013) marcam uma total inflexão das políticas de Educação do Campo, com o Estado afastando cada vez mais os movimentos sociais da condução destas e entregando a gestão das mesmas para o capital, como ocorreu com o Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo, capitaneado pelo Senar/CNA^{vii}. Assim, conclui afirmando que os movimentos sociais rurais que capitanearam a luta pela implantação de uma política de Educação do Campo no Brasil, estão agora diante do desafio de não permitir que essas sejam definitivamente capturadas pelo agronegócio.

O segundo artigo, de Diana da Silva Alves, “Cegeo- um curso especial de formação em Geografia, com diretriz na Educação do Campo” analisa a criação e implementação do primeiro curso superior de Geografia no âmbito do Pronera, realizado pela UNESP de Presidente Prudente. O artigo demonstra as fortes resistências de setores da Universidade à criação do curso, sob as mais diversas alegações que mal escondem o preconceito de classe dos que continuam vendo a Universidade como espaço exclusivo da elite brasileira. Por outro lado, destaca as possibilidades abertas para a ciência geográfica no que diz respeito a este diálogo com os movimentos sociais rurais associados à Via Campesina.

O terceiro artigo, de Alex Verdério, denominado “A formação de educadores do campo no Paraná no âmbito do Pronera e da luta pelo direito à educação” analisa a implementação do curso de Pedagogia do Campo na Unioeste, em parceria com o MST. Apoiando-se teoricamente em Poulantzas para a análise da relação entre Estado e luta de classes e em Caldart para a interpretação da luta pela Educação do Campo, o autor busca delinear as principais disputas em torno da implantação do curso, destacando as tensões entre Universidade e movimentos sociais.

O quarto artigo, de Maria Izabel Grein, “Trabalho, educação e politecnicidade: elementos da experiência em educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” discute as ações que o MST vem desenvolvendo em torno da Educação, com ênfase nos debates sobre educação profissional no MST e sua relação com os conceitos de trabalho e politecnicidade em Marx e Gramsci. Ao reconstituir os debates sobre educação realizados no MST ao longo das últimas décadas, a autora se indaga acerca das possibilidades de articular a proposta de Reforma Agrária Popular do MST com os fundamentos da educação politécnica presentes em Marx, tomando-os como eixo norteador da formação nas escolas dos assentamentos, contribuindo assim para uma formação profissional e política emancipatória dos camponeses.

No quinto artigo, que encerra o primeiro bloco, Márcia Mara Ramos analisa a “A significação da Infância em documentos do MST”, traçando um panorama das ações do MST voltadas para os “Sem Terrinha”, as crianças acampadas e assentadas a partir da luta do MST. A autora aponta como a identidade Sem Terrinha foi se afirmando ao longo dos anos dentro do Movimento e historia como a problemática da infância se constituiu como um campo de reflexão dentro do MST, assim como as tensões envolvidas nesse processo. O artigo se

centra na análise de documentos produzidos pelo MST “sobre a infância”, “para as crianças” e “para e com as crianças” e analisa as principais ações desenvolvidas pelo Movimento nesse campo, como os Encontros dos Sem Terrinha, a Ciranda Infantil, o Jornal das Crianças Sem Terrinha e a Revista Sem Terrinha. Aponta ainda que as Jornadas dos Sem Terrinha, realizadas anualmente em outubro, tornaram-se uma das principais ações do MST, mobilizando cerca de 15 mil crianças em todo o Brasil para lutar por educação e reforma agrária.

O segundo bloco de textos, voltados para a análise da Educação do Campo no Rio de Janeiro, inicia-se com o artigo de Thiago Lucas Alves da Silva, Elisangela Carvalho e Luana Aguiar, denominado “O Pronera e a educação de jovens e adultos nos assentamentos e acampamentos rurais do estado do rio de janeiro”, no qual os autores analisam o conjunto de ações desenvolvidas no Rio de Janeiro nos 15 anos de existência do Pronera, com foco na educação de jovens e adultos, destacando os entraves e percalços para o desenvolvimento destas ações, mas também a contribuição destas para a construção de uma educação emancipadora nos acampamentos e assentamentos rurais do Rio de Janeiro.

O sétimo artigo, de autoria de Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro, intitulado “Reorganização espacial da oferta escolar: o fechamento de escolas rurais no estado do Rio de Janeiro” é derivado de sua dissertação de Mestrado, defendida em 2013 no Mestrado em Educação da FFP, cuja pesquisa foi inspirada pela campanha “Fechar Escola é Crime”. No artigo a autora demonstra a partir da análise dos dados do Censo do INEP/MEC^{viii} que a política de nucleação e fechamento de escolas rurais está sendo implantada em larga escala no estado do Rio de Janeiro, com sérios prejuízos para as crianças, jovens e adultos das áreas rurais.

O oitavo artigo é de autoria de Rejane de Abreu Santos, “Educação do Campo no Estado do Rio de Janeiro: a experiência do Pronera no assentamento Paz na Terra”. Derivado de suas monografias de graduação e especialização, o artigo descreve e analisa a experiência da turma de alfabetização de jovens e adultos no assentamento Paz na Terra, em Cardoso Moreira, município da região Norte do Rio de Janeiro. A autora reflete sobre as potencialidades e limitações do Pronera e ressalta a contribuição deste programa para a educação e a luta pela reforma agrária.

Finalmente, Larissa Silva Douetts nos apresenta “Licenciatura em Educação do Campo: das sementes aos ramos de sol desta luta - Turma Oseas Carvalho: presente, presente, presente!”, artigo resultante de sua monografia de conclusão da graduação em Geografia, no qual relata a experiência da primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo no estado do Rio de Janeiro. Após breve análise do processo de criação das políticas de Educação do Campo, a autora resgata o processo de criação da Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, os embates e tensões na relação entre Universidade e movimentos sociais e o cotidiano da Turma Oseas Carvalho.

O conjunto de artigos apresentados nesta edição da Revista Tamoios nos oferece um panorama dos debates acerca da Educação do Campo no Brasil e, em especial no estado do Rio de Janeiro. Esperamos que a leitura dos mesmos contribua para lançar luz sobre esta importante problemática e que desperte a atenção de mais professores e estudantes das universidades públicas para este tema, hoje tratado marginalmente nos cursos de formação de professores.

NOTAS

ⁱ O projeto Lumiar foi criado pelo Incra em 1997 e extinto em 2000. Baseava-se na contratação de cooperativas de técnicos para prestação de serviço nos assentamentos, sob o controle das próprias organizações dos assentados e supervisão de Universidades.

ⁱⁱ A política atual de assistência técnica é denominada de ATEs – Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária e foi implementada a partir de 2004. Baseia-se na contratação de cooperativas de técnicos, ONGs ou empresas a partir de editais públicos.

ⁱⁱⁱ Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, criado em 1986 e extinto em 1997, para oferecer financiamento para o desenvolvimento dos assentamentos rurais.

^{iv} Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1997 como política de crédito específica para o segmento dos agricultores familiares brasileiros, incluindo os assentados, para os quais há uma linha especial, o Pronaf A, que substitui o Procefa.

^v Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003, e desenvolvido em parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), promove a compra de alimentos de agricultores familiares e distribuição dos mesmos para populações em situação de insegurança alimentar.

^{vi} Programa Nacional de Alimentação Escolar, criado em 1955 para fornecer merenda escolar para as crianças nas escolas públicas de todo o país, mas que desde 2009 prevê que ao menos 30% da verba repassada pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar) para esse fim, deve ser destinada à compra da produção de agricultores familiares.

^{vii} O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar é vinculado à Confederação Nacional da Agricultura – CNA e tem como foco a formação de mão-de-obra para a agricultura, sob a ótica da grande produção agropecuária.

^{viii} Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Paulo Alentejano

Professor do Departamento de Geografia da FFP/UERJ, Coordenador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia Agrária – GeoAgrária e Pesquisador Visitante da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz.